LUMEN ET VIRTUS

Governança na implementação da Lei 10639/03 na educação estadual: Uma revisão sistemática das pesquisas dos últimos cinco anos

https://doi.org/10.56238/levv15n39-048

Silvinia Pereira de Sousa Pires
Licenciada em História-UFT
Mestranda em Governança e Transformação Digital-UFT
E-mail: silvinia.pires@gmail.com

Rosy Franca Silva Oliveira
Formada em Pedagogia
Mestranda em Mestrado Profissional em Educação pela UFT
E-mail: rosy.franca@uol.com.br

Aline Queiroz Labre
Graduada em Pedagogia e Ciências Contábeis
Mestranda do Programa de Pós Graduação Profissional em Governança e Transformação Digital-UFT
E-mail: alinelabre.to@gmail.com

George França dos Santos
Graduado em Filosofia -UFSC
Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas: mídia e conhecimento - UFSC
Doutorado em Educação; Currículo - PUC SP
E-mail: george.f@uft.edu.br

Alcivone Alves da Silva
Formação: Licenciatura em Filosofia.
E-mail: alcivone.a.s@hotmail.com

Paulo Fernando de Melo Martins
Doutor em Educação pela UFT/Tocantins
E-mail: paulofernando.uft@gmail.com

Nilton Pinheiro de Carvalho
Pedagógico; Letras - Português/Espanhol
E-mail: niltonpinheiro1969@gmail.com

Luciene Oliveira Camilo
Licenciatura Plena em História
E-mail: lu.ocamilo@gmail.com

Daniela Mascarenhas de Queiroz Trevisan
Programa de Pós Graduação Governança e Transformação Digital - PPGTD

Mestre e Doutora em Modelagem Computacional de Sistemas
E-mail: danielatrevisan@mail.uft.edu.br

RESUMO
Este artigo analisa a governança na implementação da Lei 10.639/03 na educação estadual, através de uma revisão sistemática de pesquisas dos últimos cinco anos. A lei exige o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares, visando combater o racismo e valorizar a contribuição afro-brasileira na sociedade. A metodologia incluiu a busca, seleção e análise de estudos em bases de dados acadêmicas, considerando apenas publicações revisadas por pares e disponíveis em texto completo. Os resultados preliminares mostram que a implementação enfrenta desafios significativos, como a formação insuficiente de professores, a falta de materiais didáticos e a resistência de alguns setores da sociedade. A participação ativa da comunidade negra é essencial para garantir a representatividade dos conteúdos. A pesquisa destaca a necessidade de estratégias integradas e eficazes para superar esses desafios e promover uma educação mais inclusiva.

Palavras-chave: Governança Educacional, Lei 10.639/03, Educação Étnico-Racial, Revisão Sistemática.

1 INTRODUÇÃO

George França dos Santos e Stânio de Sousa Vieira (2024) apontam que a ideologia discriminatória do racismo no Brasil tem suas origens na chegada dos europeus ao país. Nesse contexto, o conceito de "raça" foi desenvolvido pelos europeus para afirmar sua suposta superioridade em relação aos povos das Américas e, particularmente, da África. Essa crença foi usada para justificar o sequestro e o tráfico de africanos, que foram trazidos ao Brasil para serem escravizados. A ideia de superioridade racial imposta pelos colonizadores europeus criou uma hierarquia social que perpetuou o racismo por séculos, persistindo até os dias atuais. A população negra foi subjugada, tratada como propriedade e privada de seus direitos fundamentais, enquanto os colonizadores exploravam o trabalho escravo.

A implementação da Lei 10.639/03 no sistema educacional brasileiro representa uma resposta significativa às demandas históricas por justiça e igualdade racial. Esta lei, sancionada em 9 de janeiro de 2003, alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares. O objetivo central dessa legislação é valorizar a contribuição da população afro-brasileira na formação da sociedade nacional, bem como combater o racismo e a discriminação racial por meio da educação.

A relevância deste tema se destaca no contexto da persistente desigualdade racial no Brasil. O racismo estrutural, presente desde o período colonial, ainda influencia as relações sociais e econômicas, limitando o acesso e a permanência da população negra em diversas esferas, incluindo a educação. A Lei 10.639/03 surge como uma tentativa de romper com esse ciclo de exclusão, promovendo um currículo escolar que reconheça e valorize a diversidade étnico-racial do país.

A pesquisa aqui apresentada se propõe a realizar uma revisão sistemática das pesquisas dos últimos cinco anos sobre a governança na implementação da Lei 10.639/03. O problema de pesquisa centra-se em compreender como a governança educacional tem influenciado a aplicação dessa legislação e quais são os principais obstáculos e perspectivas identificadas nas pesquisas recentes.

Esta pesquisa busca contribuir para o avanço do conhecimento sobre políticas educacionais voltadas para a promoção da igualdade racial. Através da identificação de desafios e oportunidades, espera-se que os resultados desta revisão sistemática possam subsidiar a formulação de estratégias mais eficazes para a plena execução da lei em questão.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 LEI 10639/03

A Lei 10639/03, sancionada em 9 de janeiro de 2003, representa um marco na educação brasileira ao alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para incluir a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial da Rede de Ensino.

Esta legislação tem como objetivo promover a valorização da contribuição afro-brasileira na formação da sociedade nacional e combater o racismo e a discriminação racial através da educação.

O Art. 26-A da Lei 9.394/96 (Brasil, 1996), com as alterações trazidas pela Lei 10639/03 (Brasil, 2003), determina que as instituições de ensino fundamental e médio, tanto públicas quanto privadas, devem incluir no seu conteúdo programático o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional. Esses conteúdos devem ser abordados em todo o currículo escolar, com ênfase nas áreas de Educação Artística, Literatura e História Brasileiras.

Além disso, a inclusão do dia 20 de novembro como o 'Dia Nacional da Consciência Negra' no calendário escolar (Art. 79-B) visa reforçar a importância da reflexão sobre a história e a cultura afro-brasileira, promovendo atividades que destaquem a contribuição dos negros para a sociedade brasileira.

A implementação da Lei 10639/03 enfrenta diversos desafios, que incluem a formação e capacitação de professores, a produção e disponibilização de materiais didáticos adequados, e a resistência de alguns setores da sociedade e do próprio corpo docente. A falta de preparação dos educadores para abordar os temas de forma adequada e sensível é uma barreira significativa, exigindo investimentos contínuos em formação e desenvolvimento profissional (Miranda, 2013; Souza; Santos; Eugênio, 2015).

Além disso, a resistência cultural e institucional à mudança do currículo tradicional pode dificultar a integração dos novos conteúdos. Há uma necessidade de conscientização e sensibilização dos gestores escolares, professores, alunos e comunidade em geral sobre a importância de uma educação que valorize a diversidade e promova a igualdade racial (Miranda, 2013; Souza; Santos; Eugênio, 2015).

Compreendemos que as perspectivas para a aplicação eficaz da Lei 10639/03 na educação estadual passam pela adoção de políticas públicas que garantam a formação continuada dos professores, o desenvolvimento de materiais didáticos inclusivos e a criação de estratégias pedagógicas que integrem a História e Cultura Afro-Brasileira de forma transversal no currículo escolar. A participação ativa da comunidade negra na elaboração e implementação dessas políticas também é fundamental para assegurar que os conteúdos reflitam verdadeiramente a diversidade e a riqueza da cultura afro-brasileira.

Além disso, a avaliação contínua dos programas e projetos implementados é essencial para identificar boas práticas e corrigir eventuais falhas, garantindo que a Lei 10639/03 cumpra seu papel de promover uma educação mais inclusiva e equitativa.

No contexto da aplicação da Lei 10639/03, que inclui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar, o conceito de governança adquire relevância particular. A governança, em termos gerais, refere-se ao conjunto de processos, estruturas e mecanismos

utilizados para gerenciar, dirigir e controlar uma organização ou instituição. Envolve a coordenação de diversos atores e recursos, visando alcançar objetivos específicos de maneira eficaz, eficiente e equitativa (Oliveira; Nunes, 2020; Salustiano; Steppan; Boente, 2022).

A governança educacional, especificamente, abrange a forma como as políticas e práticas educacionais são formuladas, implementadas, monitoradas e avaliadas. Inclui a participação de múltiplos atores, como governos, instituições de ensino, professores, alunos, pais e a comunidade em geral. Os principais componentes da governança incluem transparência, accountability, participação, equidade e eficiência (Oliveira; Nunes, 2020; Salustiano; Steppan; Boente, 2022).

Entendemos que a Lei 10639/03 constitui um avanço significativo na luta contra o racismo e a discriminação racial no Brasil, ao promover a inclusão da História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar. No entanto, sua implementação plena enfrenta desafios que exigem uma abordagem integrada e contínua, envolvendo todos os atores do sistema educacional e a sociedade em geral. A superação desses desafios e a consolidação das perspectivas futuras dependem do compromisso coletivo com uma educação que reconheça e valorize a diversidade cultural e histórica do Brasil.

3 METODOLOGIA

A elaboração deste artigo baseou-se em uma revisão bibliográfica sistemática, visando identificar e analisar os desafios e perspectivas na governança da aplicação da Lei 10639/03 na educação estadual, com foco nas pesquisas publicadas nos últimos cinco anos. A escolha por este método justifica-se pela necessidade de consolidar e sintetizar o conhecimento existente sobre o tema, proporcionando uma compreensão aprofundada e fundamentada nas evidências disponíveis na literatura científica.

Na metodologia “parte-se do objetivo geral a ser alcançado e dos objetivos específicos, das etapas e dos produtos factíveis que, no conjunto, definam o que se quer alcançar e quais os métodos e estratégias que o executor utilizará” (Santos, 2020, p. 23).

Esta pesquisa é classificada como uma revisão sistemática, caracterizada pela busca, seleção e análise crítica de estudos relevantes publicados em bases de dados acadêmicas. O objetivo é fornecer um panorama abrangente e atualizado sobre a governança na implementação da Lei 10639/03, destacando os principais desafios enfrentados e as perspectivas futuras identificadas nas pesquisas recentes.

A revisão bibliográfica é essencial para a formação do referencial teórico e para a delimitação do problema de pesquisa. Santos (2019) ressalta a importância de demonstrar um conhecimento crítico durante a elaboração da revisão bibliográfica, a qual constitui a base teórica do estudo.

> (...) empreender a revisão teórica do tema [é] perceber se a proposta de pesquisa já foi trabalhada anteriormente e em que nível de profundidade ou qual a abordagem foi empregada. Esta será a sua oportunidade de se diferenciar das demais pesquisas já realizadas, trabalhando a partir delas, colaborando um pouco mais no avanço dos entendimentos pertinentes ao tema (Santos, 2019, p. 17).

Este processo, como descrito por Santos (2019), permite identificar lacunas no conhecimento existente, direcionando o foco para áreas que necessitam de maior investigação e análise. Além disso, a revisão sistemática contribui para a validação e legitimidade do estudo, ao basear-se em publicações científicas avaliadas por pares, garantindo a qualidade e a relevância das informações coletadas (Galvão; Ricarte, 2019).

Foram exploradas bases de dados como Scielo, Google Acadêmico, PubMed, ERIC (Education Resources Information Center) e CAPES. Os termos principais utilizados nas buscas incluíram: "Lei 10639/03", "governança educacional", "educação étnico-racial", "implementação de políticas públicas", "desafios na educação", "perspectivas educacionais" e "educação estadual".

Os critérios de inclusão envolveram estudos publicados nos últimos cinco anos, disponíveis em texto completo, e que abordassem diretamente a implementação e governança da Lei 10639/03 na educação estadual. Além disso, foram selecionadas apenas publicações revisadas por pares, garantindo a qualidade e a credibilidade das informações. Estudos que não tratavam especificamente do tema central, bem como aqueles publicados fora do período estabelecido, foram excluídos.

A análise dos dados coletados foi realizada por meio de uma abordagem qualitativa, onde os artigos selecionados foram lidos e examinados criticamente. Os principais pontos de interesse foram identificados, categorizados e discutidos, de modo a fornecer uma visão clara e detalhada sobre os desafios e as perspectivas na governança da aplicação da Lei 10639/03. Esta análise permitiu a identificação de padrões e tendências, bem como a elaboração de recomendações baseadas em evidências para a melhoria da governança educacional.

A escolha pela revisão bibliográfica sistemática justifica-se pela necessidade de um levantamento exaustivo e criterioso das evidências disponíveis, garantindo uma base sólida para a discussão e a construção do conhecimento (Galvão; Ricarte, 2019). Este método permite uma análise abrangente e estruturada, fundamental para a compreensão dos fatores que influenciam a implementação da Lei 10639/03 e para a proposição de estratégias eficazes para superar os desafios identificados.

A metodologia adotada neste artigo buscou assegurar a rigorosidade científica e a relevância das conclusões apresentadas. A revisão sistemática das pesquisas recentes forneceu um panorama detalhado e fundamentado sobre a governança na aplicação da Lei 10639/03 na educação estadual, destacando os principais desafios e perspectivas e contribuindo para a construção de um referencial teórico robusto e atualizado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Utilizando os critérios de busca, inclusão e exclusão previamente estabelecidos, foram inicialmente encontrados aproximadamente 1400 trabalhos relacionados à aplicação da Lei 10639/03 na educação estadual. Este número elevado de publicações exigiu uma refinamento rigoroso da busca para garantir a relevância e a qualidade dos estudos analisados.

Os critérios de inclusão considerados incluíram a publicação nos últimos cinco anos (2019-2024), a disponibilidade de texto completo e a revisão por pares, além de um foco na governança da implementação da Lei 10639/03. Paralelamente, foram excluídos estudos que não abordassem diretamente o tema central, assim como aqueles que não atendiam aos padrões metodológicos estabelecidos.

Após a aplicação destes critérios, o número de estudos foi reduzido significativamente, culminando na seleção final de 6 artigos científicos que atendem aos objetivos desta pesquisa. Estes artigos permitiram a análise contextualizada dos desafios e perspectivas na governança da aplicação da Lei 10639/03 na educação estadual, permitindo uma discussão detalhada e fundamentada sobre o tema.

Quadro 1 Quadro Ilustrativo do Procedimento de Seleção dos Trabalhos

Etapa	Descrição	Quantidade de Trabalhos
Busca Inicial	Busca inicial resultou em aproximadamente 1400 trabalhos.	1400
Aplicação dos Critérios de Inclusão	Incluídos apenas estudos dos últimos 5 anos, em texto completo e revisados por pares.	cerca de 500
Aplicação dos Critérios de Exclusão	Excluídos estudos que não abordavam diretamente o tema central e que não atendiam aos padrões metodológicos.	cerca de 100
Refinamento e Seleção Final	Refinamento resultou na seleção de 6 artigos científicos para análise final.	6

Fonte: elaborado pelo autor

A pesquisa intitulada "A Lei 10639/03 e o Livro Didático: Analisando o PNLD 2018 para o Ensino de Sociologia" foi publicada no V Encontro Nacional de Ensino de Sociologia da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais (ABEC). O estudo de Souza (2019) examina a implementação da Lei 10639/03, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas brasileiras, por meio da análise dos livros didáticos de Sociologia aprovados no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2018.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, focando na análise detalhada dos textos selecionados para compreender os fenômenos e contextos descritos. A metodologia empregada é a análise de conteúdo, que permite identificar e categorizar os principais temas e tendências nas publicações revisadas. Os dados foram coletados a partir dos livros didáticos aprovados pelo PNLD, e a análise se concentrou na presença e na qualidade dos conteúdos relacionados à História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Souza, 2019).

Os resultados de Souza (2019) revelam que, embora a Lei 10639/03 tenha sido implementada há mais de uma década, a incorporação de seus conteúdos nos livros didáticos de Sociologia ainda enfrenta desafios significativos. A pesquisa identifica que, apesar de haver uma inclusão desses temas nos materiais didáticos, a profundidade e a qualidade das abordagens variam consideravelmente. Alguns livros apresentam conteúdos ricos e contextualizados, enquanto outros tratam os temas de forma superficial e fragmentada.

Além disso, a pesquisa destaca a importância de uma formação adequada para os professores, de modo que possam abordar esses temas de maneira eficaz e significativa. A necessidade de uma revisão contínua e crítica dos materiais didáticos é enfatizada, garantindo que eles não apenas cumpram as exigências legais, mas também promovam uma compreensão aprofundada e respeitosa da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Souza, 2019).

Em síntese, a pesquisa de Souza (2019) aponta para a necessidade de avanços na implementação da Lei 10639/03 nos livros didáticos de Sociologia, sugerindo uma maior atenção à formação dos professores e à qualidade dos materiais didáticos utilizados. A análise detalhada dos livros do PNLD 2018 evidencia que, embora progressos tenham sido feitos, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva e representativa da diversidade cultural brasileira.

A análise dos temas abordados na pesquisa " SAWUBONA: Aplicabilidade da Lei 10.639/03 e a religiosidade africana no ensino de história" revela a preocupação com a implementação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas brasileiras (Oliveira; Rodrigues, 2020). A pesquisa destaca a importância de incluir a religiosidade africana no currículo escolar como forma de combater o racismo e a intolerância religiosa, promovendo uma educação mais inclusiva e respeitosa às diversas culturas e religiões presentes no Brasil.

A metodologia empregada para elaborar o relato de experiência no artigo sobre a aplicabilidade da Lei 10.639/03 e a religiosidade africana no ensino de história envolveu diversas etapas e abordagens práticas. Inicialmente, foi destacada a criação de recursos didáticos, com ênfase na produção de uma História em Quadrinhos (HQ). Este recurso foi desenvolvido nas disciplinas "Laboratório de Cultura Afro-brasileira" e "Novos Temas para o Ensino e Pesquisa Histórica" do curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XVIII. O processo incluiu a divisão de tarefas e trabalho em grupo, onde os alunos foram organizados em equipes para a criação de diferentes materiais didáticos, como a HQ e uma sequência didática, sob a orientação da professora responsável (Oliveira; Rodrigues, 2020).

Durante as aulas, debates e discussões teóricas foram realizados para fornecer a base necessária para a criação dos materiais. Esses debates abordaram a aplicabilidade da Lei 10.639/03 e a inclusão da religiosidade afro-brasileira no currículo escolar, possibilitando uma compreensão aprofundada dos

temas. A supervisão da professora garantiu que os recursos didáticos fossem desenvolvidos de maneira a contribuir significativamente para a compreensão e valorização da cultura afro-brasileira e africana (Oliveira; Rodrigues, 2020).

Os materiais produzidos foram destinados ao uso em estágios supervisionados e por outros profissionais da educação, com o objetivo de aplicar os conceitos aprendidos e disseminar ferramentas pedagógicas que pudessem ser utilizadas para um ensino mais inclusivo e crítico da história afro-brasileira e africana. Essa abordagem metodológica proporcionou aos estudantes do curso de História do Campus XVIII da UNEB uma formação prática e teórica para os preparar para aplicar a Lei 10.639/03 de forma eficaz em suas futuras práticas docentes.

Entre os problemas abordados por Oliveira e Rodrigues (2020), destacam-se a resistência de docentes e discentes em aceitar a inclusão da religiosidade africana no currículo escolar, e os estereótipos negativos associados a essas religiões. A pesquisa aponta que o desconhecimento e a falta de informação são as principais causas do preconceito e do racismo relacionados às religiões de matrizes africanas.

Os resultados apresentados indicam que a inclusão da religiosidade africana no ensino de história contribui para a formação de uma postura investigativa e crítica nos alunos, permitindo-lhes uma melhor compreensão e valorização da cultura africana. A pesquisa também ressalta a importância de práticas educativas que promovam o respeito e a valorização dos negros e da cultura africana, contribuindo para a superação do racismo e da intolerância religiosa nas escolas.

O artigo "A Lei 10.639/2003 e sua maior idade. Há o que se comemorar?", de Araújo (2021), aborda a análise da implementação da Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas brasileiras. Entre os temas centrais, destaca-se a dificuldade de efetivar a lei em todo o território nacional, sendo mencionados problemas como a resistência de algumas escolas e profissionais da educação, a falta de formação adequada dos professores e a escassez de materiais didáticos específicos. Outro ponto relevante é a avaliação das políticas públicas relacionadas à educação para as relações étnico-raciais, onde se observa a necessidade de um compromisso maior do poder público para garantir a implementação efetiva da lei.

As metodologias de pesquisa empregadas no estudo de Araújo (2021) são predominantemente qualitativas, com ênfase na análise documental e na revisão de literatura. O trabalho examina diversos documentos oficiais, legislações, políticas públicas e trabalhos acadêmicos que tratam da Lei 10.639/2003, buscando compreender o contexto histórico, social e político de sua implementação. Além disso, são analisados estudos de caso e experiências práticas em diferentes estados e municípios, oferecendo uma visão abrangente e detalhada sobre a aplicabilidade e os desafios enfrentados na prática.

Os resultados apresentados no artigo de Araújo (2021) revelam que, apesar de alguns avanços pontuais, a implementação da Lei 10.639/2003 ainda enfrenta muitas barreiras. A formação continuada de professores é identificada como uma necessidade chave para a efetivação da lei, assim como a produção e distribuição de materiais didáticos de qualidade que abordem a temática afro-brasileira e africana. O estudo conclui que, embora existam iniciativas bem-sucedidas em algumas regiões, é necessário um esforço contínuo e coordenado para superar as resistências e promover uma educação verdadeiramente inclusiva e representativa da diversidade cultural brasileira.

Desta maneira, a presente análise evidencia que, apesar dos desafios significativos, a implementação da Lei 10.639/2003 representa um passo importante na promoção da igualdade racial e no reconhecimento da contribuição afro-brasileira na formação da sociedade brasileira. Contudo, para que haja uma "comemoração" plena, é indispensável um compromisso renovado e ações efetivas de todos os envolvidos no processo educativo.

O estudo "Lei 10639/03: Ações Afirmativas e a Sua Implementação como Princípio de Reparação de um Passado de Injustiças", Manoel et al. (2022), é uma análise crítica dos processos e desafios relacionados à implementação da referida lei no contexto educacional. A pesquisa foi publicada em formato de artigo acadêmico, proporcionando uma visão detalhada das iniciativas legislativas e políticas públicas voltadas para a inclusão da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar.

O estudo aborda temas centrais como a desigualdade racial histórica e as ações afirmativas como medidas de reparação. A pesquisa explora como a Lei 10639/03, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), visa corrigir a marginalização histórica da cultura afro-brasileira nos currículos escolares, promovendo uma educação mais inclusiva e consciente das contribuições afrodescendentes para a sociedade brasileira.

Metodologicamente, o estudo de Manoel et al. (2022) adota uma abordagem qualitativa, com uma análise documental e interpretativa das políticas educacionais e dos textos legislativos. Através de uma revisão de literatura, o autor analisa a implementação da lei em diversas regiões do Brasil, destacando as diferentes abordagens adotadas pelos estados e as dificuldades encontradas. A pesquisa também considera relatos de educadores e especialistas na área, oferecendo uma perspectiva ampla sobre os desafios e avanços na aplicação da lei.

Os resultados apresentados pelo estudo indicam uma série de dificuldades na implementação plena da Lei 10639/03. Entre os principais obstáculos identificados estão a falta de formação adequada para professores, a resistência cultural em algumas comunidades e a insuficiência de recursos didáticos apropriados. Apesar desses desafios, o estudo aponta para avanços significativos em algumas regiões, onde iniciativas locais e estaduais têm demonstrado resultados positivos na promoção de uma educação mais inclusiva.

Destarte, o artigo de Manoel et al. (2022) fornece uma análise detalhada e crítica sobre a implementação da Lei 10639/03, destacando tanto os progressos quanto as lacunas existentes na promoção de uma educação inclusiva e consciente das contribuições afrodescendentes. A pesquisa ressalta a importância de uma formação contínua para educadores e o desenvolvimento de recursos didáticos específicos como formas de superar os desafios atuais.

O estudo elaborado por Cirqueira, Corrêa e Souza (2024), intitulado "20 anos da Lei 10639/03 e o Ensino de Geografia", aborda a implementação e os desafios da Lei 10639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas brasileiras. Este artigo destaca-se pela contribuição ao entendimento das práticas educacionais relacionadas à geografia e à inclusão de conteúdos afro-brasileiros.

O tema central do artigo é a análise crítica da efetividade da Lei 10639/03, com foco específico na disciplina de Geografia. O estudo investiga como a legislação tem sido aplicada nas escolas e quais são os principais obstáculos enfrentados pelos educadores na incorporação desses conteúdos no currículo escolar. A pesquisa de Cirqueira, Corrêa e Souza (2024) revela uma série de desafios, incluindo a falta de formação específica dos professores, a escassez de materiais didáticos adequados e o preconceito ainda presente em algumas comunidades escolares. Além disso, o estudo menciona a importância de uma abordagem pedagógica que valorize a diversidade e promova uma visão mais inclusiva da sociedade brasileira.

Metodologicamente, o artigo de Cirqueira, Corrêa e Souza (2024) utiliza uma abordagem qualitativa para explorar as percepções sobre a implementação da Lei. A análise de conteúdo foi a metodologia principal empregada, possibilitando a identificação de temas recorrentes, como a necessidade de maior apoio institucional e a importância de recursos didáticos que abordem a temática de maneira adequada e engajante.

Os resultados apresentados no estudo indicam que, embora a Lei 10639/03 tenha sido um avanço significativo na promoção da diversidade cultural no currículo escolar, sua implementação efetiva ainda enfrenta diversos desafios. Aponta-se a falta de formação contínua e específica como um dos principais entraves, além da necessidade de maior apoio das instituições escolares e políticas públicas que incentivem a adoção plena dos conteúdos afro-brasileiros na educação. Cirqueira, Corrêa e Souza (2024) concluem que, para uma implementação mais eficaz da Lei, é necessário um esforço conjunto entre educadores, gestores escolares e formuladores de políticas públicas, visando criar um ambiente educacional mais inclusivo e representativo.

A análise de Cirqueira, Corrêa e Souza (2024), contribui para o campo da educação ao evidenciar a necessidade de formação contínua para professores e a criação de materiais didáticos que abordem de maneira eficaz a diversidade cultural. A pesquisa sugere que a superação dos desafios identificados pode potencializar o ensino da geografia e enriquecer a experiência educacional dos

estudantes, proporcionando uma compreensão mais ampla da história e cultura afro-brasileira e africana.

O estudo "Por uma Educação Antirracista: Plano de Ação para Inserção da Lei 10.639/03 no Cotidiano Escolar" aborda a implementação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de educação básica do Brasil. A pesquisa de Couto e Risso (2024) examina a eficácia e os desafios na aplicação desta legislação, com foco na promoção de uma educação antirracista.

O artigo destaca a importância de políticas educacionais que promovam a igualdade racial e a valorização das culturas africanas e afro-brasileiras. A pesquisa identifica a necessidade de ações concretas e contínuas para garantir a plena implementação da lei, incluindo a capacitação de professores, a revisão dos materiais didáticos e a integração de conteúdos afrocentrados no currículo escolar. Aqui é apresentada uma proposta de intervenção escolar com a finalidade de aplicar a Lei 10.639/03 de maneira eficaz na instituição de ensino, promovendo a integração de todos os setores educacionais. Essa abordagem envolve a colaboração entre educadores, alunos, familiares e o ambiente escolar, garantindo que a implementação da lei seja abrangente e efetiva (Couto; Risso, 2024).

A metodologia utilizada na pesquisa de Couto e Risso (2024) é de caráter qualitativo e consistiu na integração da proposta ao Plano Político Pedagógico da escola, com o objetivo de promover treinamentos para a equipe de profissionais da instituição e para as famílias dos alunos. Além disso, buscou-se a inclusão de temas relacionados à cultura negra em todas as atividades escolares, abrangendo os conteúdos programáticos, materiais didáticos, bem como eventos e decorações escolares.

A pesquisa conclui que, apesar dos avanços na legislação, ainda há um longo caminho a percorrer para que a Lei 10.639/03 seja efetivamente integrada no cotidiano escolar. Recomenda-se a adoção de um plano de ação abrangente, que inclua a formação continuada de professores, a criação de materiais pedagógicos específicos e o monitoramento constante das práticas escolares.

> (...) uma proposta de intervenção escolar que vai além de uma proposta focada em uma disciplina ou uma ação pontual. O que se pretende com essa proposta é que a construção de uma educação efetivamente antirracista se faça em todos os setores envolvidos no processo de ensino aprendizagem, considerando desde o ambiente escolar, perpassando pela formação dos professores e as práticas cotidianas na escola até a contribuição com a formação da família (Couto; Risso, 2024, p. 262).

A abordagem proposta enfatiza a importância de uma educação que reconheça e valorize as contribuições das culturas africanas e afro-brasileiras, promovendo um ambiente educacional inclusivo e respeitoso.

Assim, este estudo contribui para o entendimento das complexidades envolvidas na implementação de políticas educacionais voltadas para a equidade racial e oferece diretrizes práticas

para aprimorar a aplicação da Lei 10.639/03. A pesquisa reforça a necessidade de um compromisso coletivo por parte de educadores, gestores e formuladores de políticas para promover uma educação antirracista efetiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos estudos sobre a implementação da Lei 10639/03 na educação revela um panorama diversificado de desafios e avanços. Os seis artigos selecionados fornecem uma visão detalhada dos obstáculos enfrentados e das estratégias adotadas para integrar a história e a cultura afro-brasileira e africana no currículo escolar.

Primeiramente, observa-se uma concordância geral sobre a importância da Lei 10639/03 como instrumento de promoção da igualdade racial e reconhecimento das contribuições afro-brasileiras. Todos os estudos destacam a relevância da formação contínua de professores e a necessidade de materiais didáticos específicos e de qualidade. No entanto, há uma variação considerável na profundidade e na qualidade dessas abordagens nos diferentes contextos analisados.

Por exemplo, o estudo de Souza (2019) evidencia que, apesar de progressos na inclusão de temas afro-brasileiros nos livros didáticos de Sociologia, ainda há uma disparidade significativa na qualidade das abordagens, com alguns livros apresentando conteúdos ricos e outros de forma superficial. Essa variabilidade sugere a necessidade de uma revisão crítica e contínua dos materiais didáticos e de uma formação adequada dos professores para garantir uma educação inclusiva e representativa.

Por outro lado, Oliveira e Rodrigues (2020) enfatizam a importância de incluir a religiosidade africana no currículo escolar como forma de combater o racismo e a intolerância religiosa. A criação de recursos didáticos, como histórias em quadrinhos, e a inclusão desses temas em disciplinas específicas demonstram uma abordagem prática e inovadora para promover uma educação mais inclusiva.

Araújo (2021) aponta para a dificuldade de efetivar a Lei 10639/03 em todo o território nacional, destacando a resistência de algumas escolas e profissionais da educação, a falta de formação adequada e a escassez de materiais didáticos específicos. Manoel et al. (2022) abordam a Lei 10639/03 como uma medida de reparação histórica, destacando os desafios e avanços na sua implementação. Cirqueira, Corrêa e Souza (2024) focam na aplicação da Lei 10639/03 no ensino de Geografia, destacando a falta de formação específica dos professores e a escassez de materiais didáticos como os principais desafios. Finalmente, Couto e Risso (2024) propõem um plano de ação abrangente para a implementação da Lei 10639/03, integrando a proposta ao Plano Político Pedagógico da escola e promovendo treinamentos para professores e famílias.

Desta forma, a presente revisão sistemática pesquisas revela que, apesar dos avanços na implementação da Lei 10639/03, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva e representativa da diversidade cultural brasileira. As principais recomendações incluem a necessidade de uma formação contínua e específica para os professores, a criação e revisão crítica de materiais didáticos de qualidade, e um compromisso renovado e coordenado de todos os envolvidos no processo educativo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Leonor Franco. A Lei 10639 e sua maior idade. Há o que se comemorar?. Revista Docência e Cibercultura, v. 5, n. 2, p. 279-294, 2021.

BRASIL. LEI No 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 25 jul. 2024.

CIRQUEIRA, Diogo Marçal; CORRÊA, Gabriel Siqueira; SOUZA, Lorena Francisco. 20 ANOS DA LEI 10639/03 E O ENSINO GEOGRAFIA. Boletim Paulista de Geografia, v. 1, n. 111, p. 1-13, 2024. COUTO, Solange Maria Santana; RISSO, Luciene Cristina. POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA:: PLANO DE AÇÃO PARA INSERÇÃO DA LEI 10639/03 NO COTIDIANO ESCOLAR. Boletim Paulista de Geografia, v. 1, n. 111, p. 243-263, 2024.

França, George; Vieira, Stânio de Sousa. Reflexões sobre a LEI 10.639/03 e a luta contra o racismo In CNTE. 20 anos da Lei 10.639/2003. Ano XXVIII - Número 31 - Janeiro a Junho de 2024.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. Logeion: Filosofia da informação, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

MANOEL, Bianca Corrêa Lessa et al. Lei 10639/03: ações afirmativas e a sua implementação como princípio de reparação de um passado de injustiças. A APLICAÇÃO DA NBR ISO 13485: 2016 EM UMA ORGANIZAÇÃO DO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS QUE POSSUI O SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE NBR ISO 9001: 2015 IMPLEMENTADO 02, v. 7, n. 14, p. 12, 2022.

MIRANDA, Claudia. Currículos decoloniais e outras cartografias para a educação das relações étnico-raciais: desafios político-pedagógicos frente a lei nº 10.639/2003. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 5, n. 11, p. 100-118, 2013.

OLIVEIRA, Anderson Soares Furtado; NUNES, André. Política educacional: uma análise do processo de governança educacional no Brasil. Revista Educativa-Revista de Educação, v. 23, p. e7992-e7992, 2020.

OLIVEIRA, Lavínia Alves; RODRIGUES, Juliana Sales. SAWUBONA: Aplicabilidade da lei 10639/03 e a religiosidade africana no ensino de história. 2020. Disponível em https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/kwanissa/article/view/14419. Acesso em 20 jul. 24.

SALUSTIANO, Jéssica; STEPPAN, Adriana Isabel Backes; BOENTE, Diego Rodrigues. Proposta de melhoria para governança educacional sob a ótica do modelo GAF. Revista Inovação, Projetos e Tecnologias, v. 10, n. 2, p. 219-234, 2022.

SANTOS, Hercules Pimenta dos. Roteiro para Elaboração de Projetos de Ação/Intervenção V. 2.0. Academia.Edu, 2020. Disponível em https://www.academia.edu/4277732/roteiro_para_elabora%c3%87%c3%83o_de_projetos_de_a%c3%87%c3%83o_interven%c3%87%c3%83o_v_2_0. Acesso em 25 jul. 24.

SANTOS, Hercules Pimenta. Quero entrar para um mestrado em uma universidade pública: dicas e orientações sobre seus processos e a elaboração de projetos de pesquisa, ação ou intervenção. 2019. Disponível em https://www.academia.edu/35124450/quero_entrar_para_um_mestrado_em_uma_universidade_p%c3%9ablica_dicas_e_orienta%c3%87%c3%95es_sobre_seus_processos_e_a_elabora%c3%87%c3%83o_de_projetos_de_pesquisa_a%c3%87%c3%83o_ou_interven%c3%87%c3%83o. Acesso em 25 jul. 24.

SOUZA, Guilherme Nogueira. A lei 10639/03 e o livro didático: Analisando o PNLD 2018 para o ensino de sociologia. 2019. Disponível em http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA6_ID689_14082019110535.pdf. Acesso em 25 jul. 24.

SOUZA, Janyne Barbosa; SANTOS, José Jackson Reis; EUGÊNIO, Benedito Gonçalves. Avanços e desafios no processo de implementação da Lei 10639/03 na Rede Municipal de Ensino de Jequié-Ba: os discursos do campo recontextualizador oficial. Práxis Educacional, v. 11, n. 18, p. 177-197, 2015.